



ADIMB

Agência para o Desenvolvimento e
Inovação do Setor Mineral Brasileiro

Clipping n° 42/2022

**O conteúdo das matérias é de inteira
responsabilidade
dos meios de origem.**

14 de dezembro de 2022

Caminhões de grande porte têm mais autonomia

Mineração, agricultura e manufatura estão usando no país equipamentos pesados com diferentes níveis de autonomia - inclusive não tripulados. A Vale é uma das pioneiras. A empresa opera com equipamentos autônomos, capazes de executar ações sem interferência humana direta, e teleoperados, com ações determinadas por operadores abrigados em uma sala de controle.

Atualmente, estão em operação 80 equipamentos autônomos no Brasil, em quatro Estados - Minas Gerais, Pará, Maranhão e Rio de Janeiro. São 27 caminhões fora de estrada, dos quais 13 na mina de Brucutu (MG), da Catterpillar, e 14 em Carajás (MA), da Komatsu, 20 perfuratrizes e 34 máquinas de pátio.

O uso de inteligência artificial, sistemas de computador, GPS e radares permite aos veículos se movimentarem sem operadores nas cabines, com redução de riscos e ganhos de eficiência. No pátio de estocagem do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís (MA), a operadora Jérsica Cantanhede monitora as 18 recuperadoras e empilhadeiras a distância.

Já em Itabira (MG), por exemplo, perfuratrizes autônomas reduziram o consumo de combustível em 7,3% em comparação às tripuladas, cerca de 1,2 mil litros por ano. Pneus e motores dos caminhões de Brucutu ganharam 25% de vida útil e nos pátios autônomos de Carajás os desvios operacionais durante o processo de empilhamento e recuperação de minério caíram 90%. Este ano, os investimentos na frota autônoma alcançaram US\$ 45 milhões. Outros US\$ 124 milhões foram consumidos de 2016 a 2021. As informações são da assessoria da Vale.

A empresa conta com rede privada 4G LTE da Vivo em Carajás e Wi-Fi nas demais operações. Além dos autônomos, emprega caminhões Mercedes-Benz teleoperados para descaracterização de barragens em Minas Gerais, pás carregadeiras semiautônomas e perfuratrizes teleoperadas no Canadá (nove equipamentos) e tem operação 100% autônoma no pátio do porto da Malásia (nove equipamentos), onde está sendo implantado o primeiro descarregador de navios autônomo da empresa.

Segundo Javier Matsuda, diretor executivo de mineração e gerente executivo de projetos AHS (sistemas de transporte autônomo) da Komatsu, a frota global de caminhões autônomos da marca gira em torno de 600 veículos, que rodam em minas de nove mineradoras, quatro países e vinte locais, com vantagens como operação ininterrupta, precisa e segura. O nível 4 garante operação automática total em áreas restritas - o último nível, 5, corresponde a autonomia em qualquer local.

A Caterpillar tem investido em tecnologias autônomas para caminhões de grande porte - mais de 500 mundo afora -, tratores de esteiras e escavadeiras. A primeira fase de automação funciona com controle remoto, com operador presente no local e visão da máquina, mesmo fora dela. A segunda é de semi-autonomia, com operadores gerenciando várias máquinas a partir de uma estação remota, dentro ou fora do local.

A última são os veículos totalmente autônomos. Em agosto a BHP fechou acordo com a marca para substituir todos os 160 caminhões de transporte da mina Escondida, no Chile, a maior produtora de cobre do mundo, em até dez anos. A Mercedes-Benz também apresentou caminhão nível 4 (Atego 1730), desenvolvido em parceria com a startup Lume Robotics com uso de câmeras e sensores baseados em laser.

O veículo foi adaptado para transporte de pallets de produtos entre os galpões fabris e o centro de distribuição da Ypê, em Amparo (SP). A marca ainda oferece o Axor 3131, também conhecido como máquina agrícola Grunner, com automação nível 2, baseado em sistema de direção guiado por pré-programação, referenciado por GPS e resultante de parceria com a Grunner, da Agrocana Caiana. O equipamento se destina a operação de transbordo da cana, ao lado da colheitadeira, em substituição ao trator. Não prescinde de operador, mas ganha precisão e produtividade, permitindo operação noturna, por exemplo. “Teremos 700 máquinas agrícolas Grunner operando na próxima safra de cana e quatro caminhões Atego 1730 na Ypê até o fim de 2023”, prevê Marcos Andrade, gerente sênior de marketing de produto caminhões da Mercedes-Benz.

A Volkswagen Caminhões e Ônibus (VWCO) também entrou no campo, literalmente. Em setembro anunciou teste do primeiro veículo da marca capaz de trafegar sem necessidade de interferência direta do condutor, um Constellation 31.280 que vai atuar junto às colheitadeiras de cana. O caminhão tem motorista, mas é equipado com sistema de geoposicionamento em tempo real (RTK) para identificar posição e seguir rota pré-programada, com precisão de 2,5 cm, controle de velocidade de cruzeiro (piloto automático) e sistema de câmeras para visão 360 graus ao redor.

Fonte: Valor Econômico

Data: 14/12/2022

Minério de ferro cai 0,5% no mercado à vista, para US\$ 109,75 por tonelada

O avanço dos casos de covid-19 na China voltou a pesar no mercado de minério de ferro nesta quarta-feira e renovou os receios de enfraquecimento da demanda em 2023 por parte do maior produtor mundial de aço.

Nesse ambiente, os preços no mercado à vista e contratos futuros encerraram o dia em queda.

Segundo índice Platts, da S&P Global Commodity Insights, o minério com teor de 62% de ferro recuou 0,5% no norte do país asiático, para US\$ 109,75 por tonelada.

Com isso, a principal matéria-prima do aço passou a exibir valorização acumulada de 8,5% em dezembro. No ano, as perdas no mercado à vista estão em 7,8%.

Na Bolsa de Commodity de Dalian (DCE), os contratos mais negociados, para maio, recuaram 0,2%, a 808,50 yuan por tonelada.



Fonte: Valor Econômico

Data: 14/12/2022

Cinco décadas de pesquisa colocam Bahia em destaque no setor mineral

Se hoje a Bahia é líder na produção de 19 substâncias minerais no Brasil, dentre elas, minérios e metais preciosos, como quartzo, magnesita e diamante, além de ser a única produtora no país de vanádio e urânio, a explicação se dá voltando 50 anos no tempo. Não existe vida moderna sem os produtos da mineração e, na Bahia, a atividade não se conta sem a história da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), que teve as suas cinco décadas de atuação comemoradas ontem, numa sessão solene na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba).

Terceiro estado em produção mineral do Brasil e primeiro do Nordeste, a Bahia arrecadou em CFEM, os royalties pagos pela atividade, R\$ 174 milhões em 2021. Este ano, até novembro, a cifra já alcançou a casa dos R\$ 163 milhões, distribuídos entre as regiões onde as substâncias são extraídas. No estado, o setor é responsável por 164 mil empregos diretos e indiretos, porém a conta é ainda mais elevada quando se imagina que a produção mineral está no início de diversas cadeias produtivas.

Produtos que nascem em minas baianas são beneficiados e transformados nas mais diversas facilidades do dia a dia. É impossível imaginar um celular, ou um relógio sem os materiais do subsolo, muitas vezes extraídos na Bahia

“Hoje nosso estado exerce um papel importante na alimentação de pessoas aqui no Brasil e no exterior, com a nossa agricultura, mas não existe agro sem fertilizantes, que vêm da mineração. Não existe energia sem mineração porque bens minerais são necessários para produzir e distribuir energia”, exemplificou o presidente da CBPM, Antonio Carlos Tramm.

Para o presidente da empresa baiana, o sucesso do estado no setor se deve ao trabalho de muitas gerações. “Nós temos 50 anos de trabalho, somos o estado brasileiro que melhor conhece o seu subsolo, o mais bem mapeado”, destacou Tramm. Ainda que valorize o sucesso alcançado pela atividade nos últimos anos, ele acredita que estamos diante de um longo processo de expansão. Hoje, a Bahia é o primeiro estado em pesquisa de novas áreas e o segundo em volume de investimentos previstos para os próximos anos, atrás apenas de Minas Gerais.

Segundo ele, em breve a CBPM deverá divulgar o lançamento de uma nova província mineral no estado – uma região que concentra um volume expressivo de potenciais reservas no semiárido. Outro destaque viabilizado pela pesquisa, acrescenta, é o potencial de produção no raio de 100 quilômetros de distância da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), corredor logístico que vai ligar o litoral Sul da Bahia ao Centro-Oeste do país, quando estiver concluído.

Os desafios logísticos são justamente os gargalos que a Bahia precisa enfrentar para aproveitar o potencial que a mineração tem para promover desenvolvimento, emprego e renda. Ele Lembrou que nos últimos anos a CBPM encampou campanhas para destravar as obras da Fiol e por uma solução para a recuperação da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA). “Sem logística, todo este potencial continuará no subsolo e não vai se transformar em bem estar para os baianos”.

O deputado estadual Angelo Almeida (PSB), autor da homenagem para a CBPM na Alba, destacou a relevância econômica da atividade para a Bahia. “Estamos falando de um crescimento de 14,2% em relação a 2021, de uma atividade que atraiu R\$ 1,5 bilhão em investimentos, entre recursos privados e públicos”, lembrou. “Nós temos mais de 40 substâncias minerais com potencial econômico aqui, é preciso valorizar este potencial”, defendeu.

Natural de Campo Formoso, o presidente da Alba, Adolfo Menezes (PSD), lembrou que em sua região podem ser encontradas diversas minas, como de ouro, ametista, esmeraldas, cromo e calcário, por exemplo. “Onde a mineração está presente, ela leva o desenvolvimento”, destacou.

Presidente do Instituto Brasileiro da Mineração (Ibram), o ex-ministro da Defesa Raul Jungmann ressaltou o potencial que a Bahia tem para contribuir com a oferta de substâncias necessárias para uma transição de energética que freie as mudanças climáticas. “Estamos falando de um setor que faturou R\$ 339 bilhões no ano passado, que contribuiu com R\$ 17 bilhões em impostos, mais R\$ 10 bilhões em royalties e que é fundamental para o superavit da balança comercial. Porém, a maior contribuição que podemos dar está no combate às mudanças climáticas”, apontou.

“Graças ao trabalho da CBPM e das empresas aqui na Bahia, sabemos que podemos encontrar aqui no estado diversos minerais estratégicos e críticos para a transição a uma economia de baixo carbono”, disse. “Este é um desafio que precisa ser enfrentado, porque não existe nada mais imoral do que entregarmos para as futuras gerações um mundo pior do que o que recebemos”, enfatizou.

Jungmann enfatizou que o setor mineral baiano deve investir nos próximos anos um volume de aproximadamente R\$ 20 bilhões.

“A Bahia deve crescer muito nesta área, mas já é uma realidade há muito tempo. Estamos falando de 400 empresas, em 186 municípios, lidando com 40 substâncias. Isso tudo só é possível pelo papel da CBPM”, acredita.

Reconhecimento

A sessão em homenagem à CBPM serviu também para o reconhecimento do trabalho de diversas empresas e integrantes do setor mineral na Bahia. Além da Largo e o seu presidente, Paulo Misk, que foram escolhidos para o prêmio anual do setor, concedido pela CBPM, o presidente da Assembleia recebeu uma medalha, concedida pela CBPM, e o presidente da empresa, Tramm, e os diretores Rafael Avena e Carlos Luciano de Brito Santana receberam um reconhecimento concedido pelo Sindimiba, entidade que representa as empresas do setor na Bahia.

Paulo Misk, que também preside o Sindimiba, ressaltou que o trabalho realizado pela CBPM na Bahia vai além da pesquisa mineral. “Precisamos reconhecer o empenho da CBPM e da sua direção na luta por melhorias nas condições logísticas da Bahia e por uma atuação mais sustentável do setor, com a implantação dos ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU)”, avaliou.

O líder da Largo e do Sindimiba ressaltou o papel social da mineração no estado, lembrando que além do impacto econômico, as empresas se responsabilizam por uma série de ações que trazem resultados positivos do ponto de vista ambiental e social também.

“A Bahia merece ter uma mineração forte, com empresas preocupadas em fornecer cada vez mais oportunidade, dignidade para as comunidades do entorno e oferecendo à sociedade os produtos necessários para que todos tenham uma vida digna”, acredita.

Misk defendeu a necessidade de mostrar cada vez mais que a mineração opera com níveis elevados de responsabilidade. “Eu cito o nosso exemplo na área ambiental. Primeiro que buscamos aproveitar o máximo possível de tudo o que retiramos da natureza. Em segundo lugar, eu gosto de apresentar este exemplo, nós usamos uma área de 400 hectares em Maracás e preservamos outra de 4,7 mil hectares”, disse.

Para Paulo Misk, a premiação recebida pela empresa significa um reconhecimento da dedicação da Largo em tornar suas operações cada vez mais sustentáveis e ao intenso trabalho na área de responsabilidade social. “Temos muito orgulho de contribuir para o desenvolvimento de toda a comunidade, por meio de apoio e investimentos nas mais diversas iniciativas sociais, sobretudo nas áreas de saúde, educação e esportes e geração de emprego e renda. E de todas essas temos um olhar muito cuidadoso para a educação e a qualificação”, avalia.

“Nos últimos dois anos, tivemos grande parte de nossos investimentos direcionados para área de saúde, ajudando o poder público e as comunidades no enfrentamento da Pandemia. Este ano, o foco se voltou de novo para a educação, área que responde por 36% de nossos investimentos este ano”, ressaltou Misk.

Fonte: Correio

Data: 13/12/2022

Vale investirá US\$ 6 bilhões/ano em nova estratégia

Com nova estratégia, a companhia deixa em segundo plano a meta de chegar a um volume de produção de 400 mil t/ano.

A Vale quer se tornar uma líder mundial em soluções sustentáveis para apoiar a descarbonização da indústria siderúrgica, ao invés de ser apenas um fornecedor de minério de ferro. Assim, o foco estará mais na qualidade dos seus produtos, como forma de agregar valor, do que na quantidade. Foi o que anunciou Eduardo Bartolomeo, CEO da empresa, durante o Vale Day realizado na manhã do dia 7 de dezembro, em Nova Iorque.

Com essa nova estratégia, a companhia deixa em segundo plano a meta de chegar a um volume de produção de 400 mil t/ano. De acordo com fato relevante divulgado ao mercado, as metas de produção de minério de ferro passam a ser de 310 milhões t em 2022, passando a 310-320 milhões t em 2023, indo a 340-360 milhões t em 2026 e 360 milhões t em 2030. Em compensação, a Vale vai triplicar o seu volume de produção de pelotas e briquetes, que passará de 33 milhões para 100 milhões t em 2030.

De acordo com Marcelo Spinelli vice-presidente executivo de Ferrosos da companhia, o mundo vai continuar demandando aço, porém esse aço terá que ser cada vez mais “verde” e a Vale se prepara para liderar o atendimento dessa demanda, fornecendo produtos aglomerados (briquete verde) e pelotas, para eliminar sinterização e otimizar os altos fornos.

A Vale também se prepara para atender à demanda por metais básicos (níquel e cobre) gerada pela transição energética, tanto que as projeções da produção de níquel vão de 180 mil t, em 2022, para 300 mil t em 2030, o que significa que o seu volume de produção quase dobrará. Já no cobre, o objetivo é passar de 260 mil t, em 2022, para nada menos que 900 mil t em 2030. Nessas metas, o Brasil terá sua contribuição com expansão do projeto Onça-Puma, em níquel, novas expansões em Salobo e outros projetos na região de Carajás, no caso do cobre. Para expandir sua atuação no negócio de metais básicos, a Vale pretende atrair um sócio minoritário, com participação de até 10%. A ideia é que esses negócios sejam geridos a partir de estrutura diferenciada da Vale.

Nessa nova estratégia, a Vale também trabalha para reduzir o custo total (AISC). No minério de ferro, a ideia é baixar o custo de US\$ 49/t, em 2022, para US\$ 42/t em 2026. No níquel, a pretensão é levar o custo de US\$ 13.000/t em 2022 para US\$ 10.000/t em 2026, enquanto no cobre o custo deve cair de US\$ 4.000/t em 2022 para US\$ 2.600/t em 2026.

Para segurar esse crescimento, a empresa deve manter um nível elevado de Capex durante os próximos anos. As projeções indicam que o Capex passará de US\$ 5,5 bilhões em 2022 para US\$ 6,0 bilhões em 2023 e uma média anual entre US\$ 6,0 bilhões a US\$ 6,5 bilhões entre 2024 e 2027.

Uma área que terá fortes investimentos nos próximos anos é a da exploração mineral, já que estão previstos US\$ 170 milhões em 2022, mais US\$ 180 milhões em 2023, US\$ 250 milhões em 2024, US\$ 300 milhões em 2025 e US\$ 350 milhões em 2026. O objetivo, com tais investimentos, é aumentar em pelos menos 25% os recursos e reservas durante os próximos anos, principalmente de metais básicos.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 07/12/2022



Anglo American projeta investimentos de US\$ 6,5 bilhões

A Anglo American plc atualizou o seu desempenho para 2022 e despesas de capital e guidance de produção para os próximos três anos financeiros. “Este ano nos concentramos em nossas prioridades imediatas de segurança e restauração das disciplinas operacionais normais, dadas as interrupções relacionadas à pandemia dos últimos anos. Em 2022, eles foram adicionados pela volatilidade econômica liderada geopoliticamente, clima extremo e outras interrupções localizadas em nossas operações”, disse Duncan Wanblad, CEO da Anglo.

Com o que a companhia conseguiu construir no segundo semestre, a Anglo reviu os planos de crescimento de produção de curto prazo com uma prioridade clara para fornecer uma plataforma estável a partir da qual construir um desempenho reforçado e repetitivo. “Isso nos permite investir em maior flexibilidade de reserva de minério e implementar sistematicamente nosso programa de melhores práticas de desempenho de equipamentos e processos, além de aproveitarmos a oportunidade para reformular alguns de nossos investimentos de crescimento para garantir o sequenciamento ideal para a criação de valor de longo prazo no atual ambiente externo altamente inflacionário e dinâmico”.

A Anglo reduziu a produção em cerca de 3% mas com aumento da produção de cobre da Quellaveco e forte produção de diamantes, compensada por teores de minério no Chile e menor produção de Kumba e PGMs. O CAPEX soma cerca de US\$ 5,7 bilhões, volume inferior devido a interrupções na cadeia de suprimentos e disponibilidade de pessoas. O aumento de capital de giro no final do ano deve ficar entre US\$ 2,0 a US\$ 2,5 bilhões, sujeito a precificação: os estoques devem diminuir parcialmente em 2023.

No próximo ano, a expectativa é que a produção aumente em 5% à medida que a mina Quellaveco aumente a produção. Os custos unitários devem crescer em cerca de 3% com a inflação mais moderada. A previsão de CAPEX é projetada entre US\$ 6,0 a US\$ 6,5 bilhões, incluindo US\$ 0,8 bilhão para Woodsmith.

Em 2024, a Anglo projeta aumento de produção de 5%, liderada por cobre, minério de ferro e carvão siderúrgico, com um CAPEX entre US\$ 5,5 a US\$ 6,0 bilhões, enquanto em 2025, a produção deve ser alinhada ao do ano anterior, com CAPEX, de \$ 5,0 - 5,5 bilhões. “Configuramos a Anglo American como um negócio resiliente ao longo do ciclo, tanto pela qualidade do portfólio quanto por nossa abordagem equilibrada de alocação de capital. Esse equilíbrio apoia o investimento na melhoria dos negócios e no crescimento agregador de valor, ao mesmo tempo em que fornece retornos atraentes para os acionistas ao longo do ciclo, traduzindo-se em US\$ 7,5 bilhões em retornos em dinheiro para os acionistas em 2021 e 2022 até o momento. Nossa resiliência também depende de uma base de custos altamente competitiva – e estamos agindo para reduzir o impacto da inflação em nossa base de custos e limitar a extensão em que ela está entrincheirada no balanço por meio de Capex”, disse Stephen Pearce, Diretor Financeiro da Anglo American.

“Na Woodsmith, nosso próximo grande projeto greenfield depois da Quellaveco, aprovamos US\$ 0,8 bilhão em Capex para 2023, com foco em aprofundamento de poços e outras infraestruturas críticas como parte de nossa abordagem em fases. Como já dissemos há algum tempo, estamos aprimorando a configuração do projeto para garantir a obtenção de todo o valor comercial ao longo da expectativa de vida útil de várias décadas do ativo. Isso estenderá o cronograma de desenvolvimento e o orçamento de capital, em comparação com o que foi previsto antes de nossa propriedade e, portanto, impactará potencialmente nosso valor contábil da Woodsmith para fins contábeis no final do ano. Olhando para o futuro, estamos ainda mais otimistas hoje sobre as perspectivas de Woodsmith e seu potencial para se tornar uma margem alta”.

Duncan Wanblad concluiu: “Nosso comissionamento e ramp-up no meio do ano de nossa nova operação de cobre Quellaveco no Peru é uma prova da determinação de toda a equipe durante a considerável adversidade da interrupção pandêmica. A Quellaveco, sozinha, aumenta nossa base de produção global em 10% e é a pedra angular de nosso potencial de crescimento de margem de 25% na próxima década, com mais opcionalidade além, focada em nossos metais e minerais que permitem o futuro, do cobre aos nutrientes das culturas. Estamos sequenciando as opções adequadamente, com base na eficiência e nos retornos do capital, cientes de equilibrar as incertezas macro atuais com a dinâmica convincente de oferta e demanda de longo prazo. A demanda fundamental por metais e minerais extraídos é cada vez mais forte à medida que a maioria das principais economias do mundo aceleram seus esforços de descarbonização e à medida que a população global aumenta e continua a se urbanizar. Nosso objetivo é continuar expandindo nossos negócios para atender a essa demanda, aproveitando a variedade de opções orgânicas que aumentam a margem em nossos negócios”.

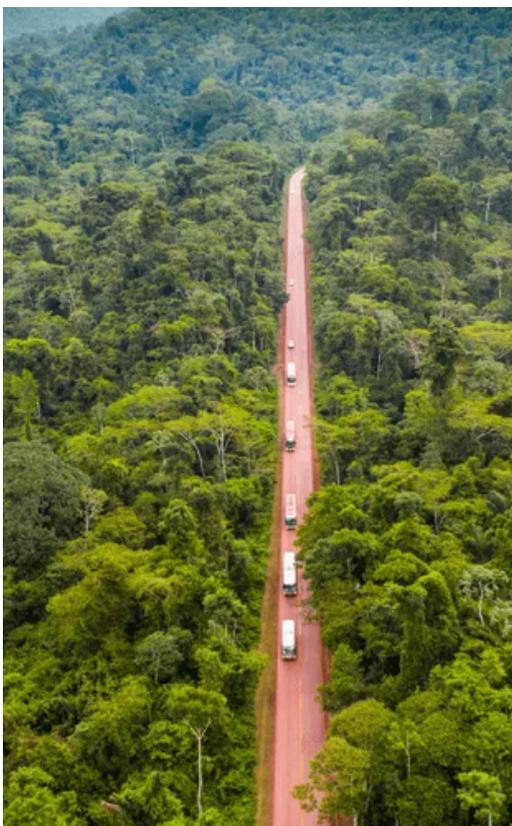
Fonte: Brasil Mineral

Data: 09/12/2022

Vale é destaque em ranking ambiental mundial

A Vale é a melhor posicionada e aparece na quinta posição. No setor de Metais e Mineração, a companhia foi classificada em quarto lugar.

A Vale entrou no ranking “top five” de uma lista de 400 empresas globais em oito setores avaliados com relação aos esforços para proteger o meio ambiente e a biodiversidade. Lançado pela World Benchmarking Alliance, o ranking foi apresentado dia 8 de dezembro, na Conferência de Biodiversidade da ONU, a COP 15, que ocorre em Montreal, no Canadá. Apenas seis das empresas avaliadas são brasileiras.



A Vale é a melhor posicionada e aparece na quinta posição. No setor de Metais e Mineração, a companhia foi classificada em quarto lugar entre as 97 companhias analisadas. É a primeira vez que o ranking é publicado pela WBA, entidade sem fins lucrativos que reúne mais de 200 organizações e empresas globais com objetivo de construir um movimento para medir o impacto dos negócios na biodiversidade e incentivar a sua redução por meio de projetos alinhados com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. “Este resultado mostra que estamos no caminho certo para a construção de uma mineração mais sustentável. Somos uma empresa que trabalha com a natureza e buscar integrar diretamente nosso negócio ao meio ambiente e ao cuidado com as pessoas é a nossa meta”, afirmou a vice-presidente executiva de Sustentabilidade, Maria Luiza Paiva.

A seleção levou em consideração o desempenho da Vale na área de recuperação florestal, pesquisa e desenvolvimento para proteção da biodiversidade do bioma Amazônico e engajamento na luta pelos direitos dos povos indígenas. A Vale tem uma meta de recuperar e proteger 500 mil hectares de florestas até 2030. Em dois anos, já recuperou seis mil hectares por meio de negócios de impacto socioambiental e firmou parcerias com sete Unidades de Conservação para proteger 115 mil hectares de florestas.

Fonte: Brasil Mineral
Data: 09/12/2022

Mineração e Constituição

A inclusão da mineração nas Constituições brasileiras começa com a Constituição de 1891, dispondo que “compete privativamente ao Congresso Nacional legislar sobre terras e minas de propriedade da União”.

No artigo 72, § 17, dispôs que (1) “O direito de propriedade mantém-se em toda a sua plenitude, salvo a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia”; (2) “As minas pertencem ao proprietário do solo, salvo as limitações estabelecidas por lei, a bem da exploração das mesmas” e (3) “As minas e jazidas minerais necessárias à segurança e defesa nacionais e as terras onde existirem não podem ser transferidas a estrangeiros.”

As Constituições de 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988 mantiveram a competência da União para legislar sobre mineração, com diferentes vocábulos: legislar sobre terras e minas de propriedade da União, riquezas do subsolo, mineração, jazidas, recursos minerais e minas.

Tratando de mineração, em termos de avanço normativo, e até mesmo institucional, nenhuma Constituição brasileira superou a de 1934, que dispôs que as minas e demais riquezas do subsolo constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e que não dependia de concessão ou autorização o aproveitamento da mina que já estivesse em lavra na data da Constituição, ainda que transitoriamente suspensa.

E a Constituição de 1988? Foi o resultado possível, considerando a composição da Assembleia Constituinte e das forças que atuavam naquela época.

Do livro A questão mineral na Constituição de 1988 (CETEM, 1988), de Fábio S.Sá Earp, Carlos Alberto K.de Sá Earp e Ana Lúcia Villas Boas, extraem-se relatos que retratam os ânimos nos idos 1986-1988: “O debate desta Casa deve estar circunscrito entre a nacionalização e o entreguismo”; “Oportunismo estrutural das elites brasileiras”; “Jogo de alianças inter-elites”; “O direito à mineração em terras indígenas é uma questão delicada, que envolve interesses que em muito transcendem a questão econômica”; “ao sabor da correlação de forças” e “as forças sociais por trás dos atores”.

Os mais antigos se lembram do artigo 171 da Constituição de 1988, revogado pela Emenda Constitucional nº 06, de 1995, que dispunha sobre as empresas brasileiras de capital nacional. Do seu insucesso, fica a lembrança do artigo 44 das Disposições Constitucionais Transitórias.

E o artigo 176? Em poucas palavras, prolixo e mal redigido. Definir a natureza dos atos administrativos de outorga — autorizações e concessões — numa Constituição? Não funcionou. Tanto assim é, que as licenças municipais registradas na Agência Nacional de Mineração (ANM) — que não se confundem com autorizações e concessões — permaneceram em vigor sem que ninguém contestasse a recepção da Lei 6.567/78 pela Constituição.

Para completar a desmoralização, nove meses após a gestação da Constituição de 1988, nasceu a Lei 7.805/89, que criou a Permissão de Lavra Garimpeira (que não se confunde com autorização ou concessão).

Voltemos ao artigo 176, que dispôs que a lei estabelecerá condições específicas quando o aproveitamento dos recursos minerais se desenvolverem em terras indígenas. No artigo 231, está que a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional. Deu no que deu. Passaram-se 34 anos e o Congresso Nacional não teve tempo (ou teve outros interesses) de cuidar desse assunto.

Do artigo 176 aproveitam-se a disposição que definiu que as jazidas e os demais recursos minerais pertencem à União, entidade com personalidade jurídica e soberania; a que consentiu a atividade mineral — considerada de utilidade pública — em terras indígenas; e a que dispõe que gestão da mineração deve ser conduzida no interesse nacional.

A gestão da mineração no interesse nacional (1) é regra-princípio reconhecida pela comunidade jurídica e (2) obriga a todos que integram as relações jurídicas decorrentes da mineração.

Considerando a cobiça internacional sobre a Amazônia, que coloca em risco o desenvolvimento da nossa mineração, há necessidade de uma Constituição com regras e Princípios com núcleo de sentido forte, que proteja o País. Lembro-me, então, da Oração aos Moços, de Ruy Barbosa, proferida aos bacharelandos em Direito de 1921 em São Paulo: “[...] Guardemo-nos das ‘proteções’ (aspas minhas) internacionais. [...] O Brasil é a mais cobiçável das presas [...].”

Estaria desatualizado esse alerta proferido há 101 anos? Não, porque as interferências nas questões nacionais, as tentativas de violação da nossa soberania e a ingerência nas políticas domésticas são constantes.

As riquezas minerais são patrimônio do povo brasileiro. Por isso, estejamos todos alertas aos comandos constitucionais maiores: o Princípio da soberania sobre nossas riquezas minerais e o Princípio da gestão da mineração no interesse nacional.

Fonte: InTheMine

Data: 12/12/2022

Riquezas minerais de MS já garantiram R\$ 76,5 milhões de recursos para municípios

Os grandes morros que margeiam o município de Corumbá guardam bem mais que beleza. Eles detêm alguns dos maiores depósitos de manganês e minério de ferro do Brasil. No caso do manganês, os municípios de Corumbá e Ladário têm a 1ª reserva do País em alto teor de minério (44 a 48% de Mn). Já no minério de ferro, a região possui o 3º maior depósito do Brasil, cuja exploração data da época da guerra do Paraguai, com as primeiras concessões de lavra expedidas em 1876. Estes minérios vêm sendo extraídos há várias décadas e são responsáveis por expressiva parcela das exportações do Estado.

Tanto que as riquezas minerais de Mato Grosso do Sul garantiram ao Estado e municípios o total de R\$ 76.550.526,14 de janeiro a novembro de 2022, em Compensação Financeira da Exploração de Recursos Naturais (CFEM). A CFEM é um tipo de contraprestação paga pelo minerador à União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios pelo aproveitamento econômico dos recursos minerais.

No ranking nacional, Mato Grosso do Sul está em 7º na arrecadação nacional da CFEM, posição alcançada em 2021, onde estávamos na 10º posição.

Mina de Urucum

Uma das mais importantes em ferro e manganês é a Mina de Urucum. Na segunda-feira (05) a diretoria do grupo J&F Investimentos, dentre os quais o presidente do grupo, Agnaldo Gomes Ramos Filho, que adquiriu as operações da Vale em Corumbá e Ladário levaram o governador do Estado Reinaldo Azambuja, o secretário de Meio Ambiente, Produção, Desenvolvimento Econômico e Agricultura Familiar (Semagro) Jaime Verruck, o Secretário Executivo da Cadeia Produtiva Mineral da Semagro, Eduardo Pereira, e os Prefeitos de Corumbá, Marcelo Yunes, e de Ladário, Iranil Soares para conhecer as minas. A mina de manganês, que tem mais de 200 km de galerias foi visitada em loco pela comitiva.

O investimento do grupo que já tem operações de celulose e carnes no Estado vai gerar até 600 novos empregos na região. Em 2023 produzirá 500 mil toneladas de manganês por ano, e 2.000 milhões de toneladas de ferro de alto teor/ano.

“Um ponto importante que a gente sempre gosta de destacar é que como a mineração às vezes está muito focada em Corumbá a população de Mato Grosso do Sul não percebe que nós também somos um estado minerador. Temos grandes reservas de minério, com destaque obviamente para questão do Ferro e Manganês. Então, o Mato Grosso do Sul tem na sua base econômica também, toda atividade de mineração”, salientou o secretário.

O Governo de Mato Grosso do Sul estabeleceu uma linha de buscar investimentos na atração de inúmeros negócios. “Nós tínhamos a gigante da mineração nacional, que era a Vale, mas que não vinha investindo há tempos, por isso a vinda da J&F Mineração que adquiriu o Complexo Centro Oeste, que tem as Minas de Urucum e Santa Cruz, e outros ativos minerários em nome da MCR- Mineração Corumbaense Reunidas S.A, é importante porque sinalizou ao mercado a retomada da mina com novos investimentos e geração de empregos. Mato Grosso do Sul cresce porque tem ambiente de negócios favorável, e a atração de novos investimentos, aqui está se confirmando esta tendência”, disse o titular da Semagro.

Para o coordenador da área de Mineração Eduardo Pereira a retomada dos empreendimentos na área aponta que as ações do Governo na atração de investimentos têm sido assertivas. "Isso vai trazer a retomada também da economia nos municípios com geração de empregos e mais arrecadação da CFEM nestas localidades", concluiu.

Raio-x do setor

Arrecadação total da CFEM no MS até novembro/22

– Total: R\$ 76.550.526,14

– Colocação no Brasil: 7º

Principais substâncias

– 1º: Ferro (R\$ 61.089.982,59)

– 2º: Calcário Dolomítico (R\$ 3.670.037,18)

– 3º: Calcário Calcítico (R\$ 2.602.403,25)

Principais municípios arrecadadores

– 1º: Corumbá (R\$ 62.672.247,94)

– 2º: Bela Vista (R\$ 5.269.446,77)

– 3º: Bodoquena (R\$ 1.573.426,24)

Principais empresas arrecadadoras

• Quantidade de empresas contribuintes: 157

– 1º: Mineração Corumbaense Reunida S.a. (R\$ 44.775.879,90)

– 2º: Vetría Mineração S.a. (R\$ 11.893.280,81)

– 3º: Mmx Corumba Mineração S/a (R\$ 5.506.492,17)

Fonte: Diário Corumbaense

Data: 12/12/2022

O que dizem especialistas sobre o novo rol de multas da ANM

No fim de novembro, conforme noticiou o Minera Brasil, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) uma resolução da Agência Nacional de Mineração (ANM) que dispõe sobre os procedimentos para apuração das infrações, sanções e os valores das multas em caso de não cumprimento das obrigações previstas na legislação do setor mineral.

A resolução apresenta uma lista de irregularidades relacionadas à mineração que, se cometidas por empresas, podem levar a multas de até R\$ 1 bilhão. De acordo com a Resolução, o valor das penalidades dependerá da produção total das empresas, bem como de seu capital social.

Contudo, as entidades do setor estão questionando os critérios de cálculo das multas e o processo de elaboração da norma.

"A resolução trouxe um sistema polêmico de multa que se calcula não em função do dano, mas do capital da empresa ou orçamento de pesquisa", observa Rinaldo Mancin, diretor de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Mancin observou que em uma área de 50 hectares, por exemplo, a Taxa Anual de Hectare é de R\$ 6 mil. No entanto, em caso de atrasos, a multa pode chegar a R\$ 940 mil.

"Não discutimos a existência de multas, mas sim a razoabilidade", pontuou ele.

De forma semelhante, a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral e Mineração (ABPM) destacou que as bases de cálculo "extrapolam qualquer critério de razoabilidade". Isso porque o valor das multas "ultrapassa significativamente a rentabilidade das empresas, não sendo factível para o empreendedor arcar com esses valores".

Segundo a ANM, para elaborar o critério de cálculo de multas, foram avaliados os modelos de outros reguladores, além de recomendações da OCDE e a distribuição estatística do setor. Além disso, a agência informou que as queixas "são pontuais, de instituições que representam uma parcela reduzida das empresas do setor".

"A resolução é, de certa forma, resultado dos acidentes de Mariana e Brumadinho. Havia necessidade de rever as sanções que a ANM podia aplicar. Antes, a legislação previa um rol pequeno de sanções. As penalidades eram baixas, na casa de R\$ 3.000. A legislação posterior aos acidentes, de 2020, Lei 14.066, já prevê multas de até R\$ 1 bilhão", afirmou o advogado Adriano Drummond Trindade, sócio de Mineração do escritório Mattos Filho.

Representantes do setor de mineração também criticaram o processo de elaboração da resolução por parte da ANM, que teria sido “apressado” em razão dos atrasos. A resolução em questão veio para substituir o Decreto 10.965/2022, que deveria ter sido revogado no dia 30 de novembro. A nova resolução tem data de 28 de novembro e foi publicada no dia 1º de dezembro.

"A agência pecou na condução do processo regulatório", diz Mancin, do Ibram. "Ficou 255 dias com o material na mão, não conseguiu regulamentar e deu só cinco dias para manifestações."

Enquanto isso, a ABPM criticou, sobretudo, a falta de análise de impacto regulatório. A ANM respondeu que a diretoria colegiada dispensou a análise em razão de se tratar de "regulamentação de norma hierarquicamente superior".

Fonte: Minera Brasil

Data: 12/12/2022



CETEM mantém a acreditação como produtor de material de referência de minérios e minerais

O Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) informou que a American Association for Laboratory Accreditation (A2LA) manteve sua acreditação internacional como produtor de material de referência certificado de minérios e minerais.

A decisão foi tomada com base no resultado da avaliação realizada pela A2LA, nos dias 17, 24 e 25 de outubro de 2022.

“O CETEM demonstrou manter implementados os requisitos estabelecidos no ISO 17034:2016. É uma importante conquista que permite ao Centro garantir a qualidade dos materiais de referência certificados produzidos e aumentar sua visibilidade institucional, consolidando a atuação no Brasil e no cenário tecnológico internacional”, destacou o CETEM.

Ainda segundo CETEM, seus materiais de referência certificados (MRCs) são suficientemente homogêneos e estáveis com relação a uma ou mais propriedades especificadas. Os materiais são caracterizados por meio de um programa de medição interlaboratorial, envolvendo laboratórios especializados utilizando um ou mais métodos validados.

O MRC é acompanhado por um Certificado de Análise que fornece o valor da propriedade especificada e sua incerteza associada. Os MRCs são destinados à calibração de um sistema de medição, à avaliação de um processo de medição, à atribuição de valores a outros materiais e ao controle de qualidade.

Para desenvolver e produzir MRCs, o CETEM possui um laboratório, especialmente construído para este fim, com equipamentos com capacidade para processar grandes quantidades de amostras minerais, evitando a contaminação cruzada entre matrizes e os níveis de concentração diferentes.

Fonte: Minera Brasil

Data: 12/12/2022

ISTOÉ

Empresas de mineração estão deixando Minas Gerais em direção ao Pará

Com jazidas de ferro entrando em esgotamento, além do cerco judicial e ambiental, Minas Gerais vê o setor responsável por boa parte da sua arrecadação econômica migrar para o norte do País.

A mineração está ligada à história de Minas Gerais. E, desde a década de 1940, foi especificamente a extração de ferro que se tornou um dos motores econômicos do estado, que virou líder absoluto na produção desse metal. Décadas mais tarde, essa posição começa a ser ameaçada pelo Pará. O estado da região Norte tem uma localização mais estratégica e um produto com maior pureza, por isso vem se tornando o centro da mineração nacional, com investimento crescente de pequenas e grandes empresas.

Os números da Vale, responsável pela maior parte das receitas no setor em Minas, ilustram a tendência. A produção de minério de ferro no estado caiu 36,3% entre 2017 e 2021. Houve uma queda de 194,9 milhões de toneladas métricas extraídas para 124,1. Na contramão, o Pará registrou aumento na extração. Neste mesmo intervalo de tempo, houve crescimento de 11%.

Especialistas apontam que o maior tempo de operação das minas no estado do Sudeste tem influenciado na queda no volume de produção. “Minas Gerais, que já foi praticamente a única grande produtora, exploradora e beneficiadora de minério no País, foi ao longo dos anos dando lugar ao Pará”, diz Waldir Salvador, consultor de Relações Institucionais e Desenvolvimento Econômico da associação de municípios mineradores de Minas Gerais, a AMIG.

Segundo ele, Minas Gerais foi deixando de extrair hematita, que é o mineral mais puro e menos contaminado, para produzir cada vez mais itabirito, um mineral mais “friável”, mais difícil de britar (quebrar em pequenos pedaços), com menor teor de ferro e um pouco mais contaminado. Isso tem provocado um verdadeiro êxodo para Canaã dos Carajás, no Pará, onde as mineradoras têm à disposição hematita de alto grau, matéria-prima mais “pura”, com teor de ferro em torno de 65%.

De acordo com Julio Nery, diretor de Sustentabilidade e Assuntos Regulatórios do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), os minérios mais ricos em Minas Gerais, com teor acima 60% de pureza, efetivamente estão acabando. “Devido ao tempo de exploração, eles praticamente já foram todos minerados”, explica.

No Pará, a Vale não é a única responsável pelo aumento da mineração. Pequenas mineradoras, chamadas de juniores pelos especialistas, também aproveitam a proximidade do porto do Maranhão, o que facilita a logística para o envio do minério de ferro ao exterior, principalmente para o mercado asiático.

A produção deixa o local pela ferrovia EFC (Carajás) e vai até o porto de Ponta da Madeira, no Maranhão, de onde segue para outros países, principalmente a China. Números do IBRAM mostram que no terceiro trimestre deste ano 72,2% das exportações brasileiras do produto partiram para a China.

Conforme dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), atualmente estão registradas na região de Minas Gerais 1.402 empresas e pessoas físicas produtoras no setor mineral, em 506 municípios. Em 2021, o Estado produziu e comercializou 360,2 milhões de toneladas de bens minerais. O Pará, que começou sua exploração em meados de 1985, produziu e comercializou apenas de minério de ferro cerca de 185 milhões de toneladas no mesmo ano, o que correspondeu a 44% da produção do Brasil desse mineral, mostrando a força dessa nova fronteira de produção.

“Claro que o Pará é mais competitivo. Por exemplo, nós usamos os portos do Rio de Janeiro e o do de Vitória para fazer o escoamento do minério, enquanto o Pará usa o do Maranhão, que é muito mais próximo. Então, lá, o custo de exploração é menor”, conta o diretor da AMIG. Outro fator que forçou as empresas a reduzirem a operação em diferentes jazidas em Minas Gerais é o fato de a legislação ter ficado mais rígida e as autoridades, mais rigorosas em relação a problemas ambientais, muito por conta das tragédias em Mariana (2015) e Brumadinho (2019).

De modo geral, a indústria mineradora causa impacto significativo ao meio ambiente, pois quase sempre o desenvolvimento dessa atividade implica em supressão de vegetação, na exposição do solo aos processos erosivos com alterações na quantidade e qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, além de causar poluição do ar, entre outros aspectos negativos. “As leis têm que ser rígidas, não dá para fazer mineração como se fazia no passado.

Mineração ainda é um segmento muito fechado, muito pouco transparente em relação às suas operações. É um negócio meio paradoxal, a mesma atividade que te sustenta é a que te amedronta”, defende o consultor da AMIG, explicando que Minas Gerais ainda tem uma grande quantidade de recursos minerais que, embora não tão ricos, são importantes para o País e poderão trazer muitos resultados se forem explorados com uso de tecnologia apropriada. “A mineração precisa ser reavaliada, fazer um beneficiamento com menos impacto ambiental para que a gente não sofra tanto”, diz o executivo.

Rio Tinto hunts for lithium deals, eyes Jadar revival

Rio Tinto (ASX, LON, NYSE: RIO) said on Tuesday is actively searching for lithium assets as it expects prices for the metal used in the making of batteries that power electric vehicles to remain high for a “long period of time”.

The company had to shelve its proposed \$2.4 billion Jadar lithium mine in Serbia early this year after the government revoked the project’s licences.

In a presentation posted on its website, Rio confirmed it has not scrapped Jadar completely as it still considers the project as part of its portfolio and said it intends to de-risk the development process.

The world’s second largest miner also said it was pursuing “organic and M&A growth opportunities” in the lithium sector.

Serbian Prime Minister Ana Brnabic was quick to throw cold water on Rio’s plans, saying she didn’t see any possibility to revive the lithium-borax project, local news site Nova reported.

Brnabic also said that having a lithium mine in the country was a “historic chance” for the nation’s development and that public debate about the matter will be necessary.

If completed, the Jadar project would be Europe’s biggest lithium mine, with a production of 58,000 tonnes of refined battery-grade lithium carbonate per year, enough to power one million electric vehicles and supply 90% of the continent’s current lithium needs.

Jadar would also propel Rio Tinto onto the world’s top 10 lithium producers podium.

The interest from the Australian miner in lithium comes amid a global push to transition to cleaner energy sources and reduce dependency on fossil fuels. This has placed electrification and battery metals at the forefront of the shift.

Over the past five years, Rio Tinto has tried expanding its footprint in the battery market. In 2018, it reportedly attempted to buy a \$5bn stake in Chile’s Chemical and Mining Society (SQM), the world’s second largest lithium producer.

Foundations of a Global Lithium Business



In April 2021, the miner kicked off lithium production from waste rock at a demonstration plant located at a borates mine it controls in California.

Rio took another step into the lithium market in March this year, completing the acquisition of the Rincon lithium project in Argentina for \$825 million, which has reserves of almost two million tonnes of contained lithium carbonate equivalent, sufficient for a 40-year mine life.

The miner has also approached some of the biggest investment banks asking for recommendations on both lithium companies and projects.

These meetings, the company had said, don't mean a major deal is imminent, rather their goal is to make sure it's aware of all the opportunities in the sector.

Rio Tinto currently has no lithium projects in Australia, which is the top producing nation of the battery metal, but said that "high-grade brines and Australia hard rock" will be called upon to meet demand.

The company estimates that committed lithium supply and capacity expansions will contribute only about 15% to demand growth over the 2020-2050 period. The remaining 85% would need to come from new projects.

Fonte: Mining.com

Data: 13/12/2022

China may extend state iron ore buying strategy to lithium



In July, China announced the biggest shake-up of the global iron ore trade in more than a decade, establishing a centralised buyer for the steelmaking raw material.

Xiongan-based China Mineral Resources Group, led by the who's who of the national steel industry, will also be responsible for China's largest overseas iron project – Simandou in Guinea – which is central to the country's efforts to lessen its reliance on iron ore imports.

China is responsible for more than three-quarters of the seaborne trade that has ballooned to more than 1.4 billion tonnes per year, making it the second most traded bulk commodity after crude oil. In industrial metals and minerals China also consumes more than 50% of global output.

BMO Capital Markets picked state control of China's raw material purchases as one of its key themes of 2023.

So far top iron ore producers BHP, Rio Tinto, Fortescue and Vale have played down the possible impact of the China strategy and BMO says while there have been efforts by Beijing to invoke some price control, or to set up so called lead buyers, it has proven "extremely ineffective" in the country's massive steel industry of over 1,000 mills:

"However, this time round the SRG has been fully funded by the banks and given both explicit government backing and top billing at many industry conferences. This time around, it is a lot more serious, and the supply side of the iron ore industry is still working out the playbook.

“Interestingly, where we have seen Beijing try and control commodity markets before through contracts, such as in thermal coal, the net effect has been a high and volatile spot price.

“Meanwhile, should the SRG be successful in iron ore, we might expect its mandate gets broadened to other commodities where China is short, such as copper concentrate, bauxite or lithium.”

Iron ore prices have fallen back to earth after setting all time highs above \$200 a tonne in the summer of 2021 with benchmark prices for imported 62% iron content fines imported into China then dipping below \$100 a tonne in November.

Lithium

While the trade in lithium is a different beast than iron ore, China’s position in downstream supply chains for the battery metal is even more dominant. The country only mines 13% of the world’s lithium but controls 44% of global lithium chemical production, 78% of cathode production and 70% of cell manufacturing for the electric car industry.

Lithium prices have defied predictions of a sharp pullback, and Chinese battery grade lithium hydroxide is up 157% year-to-date averaging more than \$80,000 a tonne in November, according to Benchmark Mineral Intelligence. Lithium carbonate prices have followed a similar trajectory.

Benchmark says while signs of a downturn in the second half of last month were evident, there are concerns emerging in the Chinese market as a result of reports of environmental issues at lepidolite projects in Yichun, Jiangxi Province.

If production halts in Yichun continue, this could drive some upward pricing sentiment in December, the London-HQed firm said in its latest market assessment.

Fonte: Mining.com

Data: 13/12/2022

Copper price rises as US inflation rate slows

Copper prices rose on Tuesday on optimism after data showed that the rapid rise in consumer prices is slowing in the US.

Copper for delivery in March rose 3.1% on the Comex market in New York, touching \$3.92 per pound or \$8,624 per tonne.

The most-traded January copper contract on the Shanghai Futures Exchange dipped 0.3% to 66,070 yuan (\$9,466.16) a tonne.

US inflation was 7.1% over the 12 months to the end of November, dropping from 7.7% in October, figures from the US Labour department show.

That was the slowest pace in nearly a year and better than analysts expected.

Metals markets have gained recently on hopes that US inflation has peaked, allowing the central bank to ease its pace of interest rate hikes.

Weighing on the market was uncertainty in China after it recently began relaxing covid restrictions.

“We reckon that the incoming migration around the Chinese New Year holiday in late January could bring about an unprecedented spread of covid,” Nomura Chief China Economist Ting Lu said.

Companies in China were straining to keep operations running normally amid a rise in infections.

“I think the market is confused as to how to approach the short-term outlook on China. On one hand, prices are supported because it’s reopening, but worried that we may go through a period with a massive spike of cases,” Hansen said.

Fonte: Mining.com

Data: 13/12/2022

Canada unveils \$2.78bn critical minerals strategy

Canada has announced Critical Minerals Strategy as part of its efforts to become a global supplier for critical minerals and clean digital technologies.

The strategy aims to boost the production and processing of the country's 31 critical minerals, which include lithium, nickel, cobalt, graphite and zinc, among others, reported Reuters.

Critical minerals are considered vital in the making of electric vehicle (EV) batteries and contribute to the global transition towards cleaner technologies.

Canada Minister of Innovation, Science, and Economic Development François-Phillipe Champagne said: "With our government's Critical Minerals Strategy, we are taking this generational opportunity to put our vision into action — from mines to manufacturing to recycling. It will help us build a strong and resilient ecosystem while also supporting innovation and well-paying jobs.

"Through this ambitious strategy, Canada is seizing the moment to be a leader in the low-carbon economy and the world's green supplier of choice for critical minerals."

As part of the strategy, the government aims to review the permitting process to reduce the time to commission mining projects. It will also ensure early indigenous consultation and engagement.

Supported by up to C\$3.8bn (\$2.78bn) in federal funding allocated in Budget 2022, the new strategy focuses on supporting economic growth, and job creation; enhancing global security and partnership; promoting climate action and environmental protection; promoting diverse workforces and communities; and advancing reconciliation with indigenous people.

Canada Minister of Natural Resources Jonathan Wilkinson said: "Canada's Critical Minerals Strategy will enable this country to seize the generational economic opportunity presented by critical minerals, creating sustainable, well-paying jobs while growing our economy.

"It will position Canada as the global supplier of choice for the critical minerals and clean technologies needed for the green, digital global economy — and it will help advance economic reconciliation with Indigenous Peoples."

Canada currently produces 60 minerals and metals at 200 mines, as well as 6,500 sand, gravel and stone quarries.

Fonte: Mining Technology

Data: 12/12/2022

Nossos Contatos



contato@adimb.org.br



(61) 3326-0759



/company/adimb-oficial



adimb_oficial

Sede

Centro Empresarial Liberty

Mall Torre A, Sala 505

SCN Q.02 Bloco D

CEP : 70712903

Brasília/DF



ADIMB

Agência para o Desenvolvimento e
Inovação do Setor Mineral Brasileiro